



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 552860 - SP (2019/0378508-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIEL KENJI WASANO MISAKI - SP0305314
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAM CARLOS MESQUITA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WILLIAM CARLOS MESQUITA DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução n. 0002998-03.2019.8.26.0154).

Consta dos autos que Juiz da execução negou ao paciente pedido de progressão ao regime semiaberto, a fim de que seja realizado o exame criminológico.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante a Corte estadual. O Tribunal, entretanto, negou provimento ao recurso (e-STJ fl. 68):

Agravo em execução. Progressão de regime. Determinação de realização de exame criminológico. Insurgência defensiva, argumentando que estão satisfeitos os requisitos legais para obtenção do benefício, sem realização do exame. Não acolhimento. Decisão hostilizada mantida. Agravo não provido.

Nesta impetração, a Defensoria Pública alega que o argumento utilizado pelo acórdão coator carece de fundamentação concreta. Argumenta que o exame criminológico não é requisito obrigatório para a progressão de regime, podendo ser determinado na peculiaridade do caso. *In casu*, a defesa aduziu que o atestado de bom comportamento carcerário e o boletim informativo são elementos suficientes para a análise de direitos da execução, assim, afigura-se a ilegalidade da imposição de exame.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a reforma da "decisão prolatada, determinando-se a análise da progressão de regime, independente da realização de exame criminológico (e-STJfl. 11).

Liminar indeferida.

O Ministério Público Federal opina pela prejudicialidade do *habeas corpus*.

É o relatório. **Decido.**

Na hipótese vertente, configurou-se a perda de objeto do *mandamus*.

Com efeito, **informa o Juízo de origem que o sentenciado foi promovido ao regime semiaberto** em data posterior à presente impetração.

Assim, o presente *writ* perdeu o objeto, haja vista a concessão da benesse

postulada pelo Juízo das Execuções Criminais.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 24 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator